

A Voz do Desertor

JORNAL DOS DESERTORES E REFRACTÁRIOS PORTUGUESES REG.



Editorial

A nossa posição face à deserção

Nos últimos tempos têm-se vindo a manifestar várias linhas quanto às formas de luta que se devem adoptar para combater a criminosa guerra colonial. Devido à importância do problema, consideramos indispensável assinalar a nossa posição e demarcá-la das posições oportunistas e daquelas que não sendo ditadas pelo oportunismo são, no entanto, erróneas.

As posições oportunistas sobre este problema são essencialmente duas. Elas apresentam-se sob duas formas — uma de direita e outra de «esquerda». No fundo, ambas ajudam o colonialismo e o fascismo e desviam os jovens em idade de tropa de adoptarem formas correctas de luta contra a criminosa guerra colonial.

Quais são essas duas posições?

A primeira posição oportunista, a posição de direita, é a posição defendida pelos social-fascistas e social-chauvinistas de Cunhal e Ca., que dizem aos jovens soldados revolucionários que ainda lhes dão ouvidos para não desertarem e irem à guerra colonial. Esta posição não tem comentários: é claro como a água que é uma posição traidora, que visa sabotar o movimento de deserção dos soldados. Então como conseguem eles enganar ainda alguns soldados revolucionários? Os social-chauvinistas dizem-lhes que devem ir à guerra «fazer agitação» no seio do exército colonialista. Isto não passa duma artimanha. Cedo os soldados revolucionários que neles acreditaram se apercebem de que, uma vez embarcados, é totalmente impossível «fazer agitação» no seio do exército: não só, actualmente, não há uma organização entre os soldados que possa levar a cabo essa agitação, como é impossível pôr de pé essa organização dentro do exército estacionado nas colónias, dado o total controle e o poder absoluto que os oficiais reaccionários aí têm sobre os soldados. É assim que os social-chauvinistas conduzem os jovens revolucionários à situação de ou desertar nas colónias, numa situação cem vezes mais difícil do que em

(Continua na pág.2)

MANIFESTAÇÕES ANTICOLONIAIS EM PORTUGAL

Nos últimos tempos tem crescido a resistência do nosso povo à política colonialista do governo de Marcelo Caetano e à guerra imperialista por ele conduzida em África. Especialmente por iniciativa dos CLACs, cujo órgão, *Vencerão!*, já vai no seu sexto número, o desmascaramento do social-chauvinismo e dos outros sabotadores da luta anticolonial é cada vez maior. Como consequência, cresce a solidariedade das massas populares aos povos das colónias, dentro duma linha verdadeiramente internacionalista.

Em Dezembro passado, realizou-se uma manifestação popular, composta sobretudo por estudantes, que reuniu cerca de 800 pessoas e desfilou desde a Estrela a Alcântara. No decorrer da manifestação, foram gritadas palavras de ordem revolucionárias, tais como «Viva a Guerra Justa dos Povos das Colónias!», «Viva a Revolução Democrático-Popular!» e «Governo do Povo, Sim! Governo Assassino, Não!» A polícia fascista acorreu a Alcântara para dispersar a manifestação. Foi, no entan-

to, ludibriada pelos manifestantes, que dispersaram antes da sua chegada.

Na passagem do ano, teve lugar em Lisboa outra acção anticolonialista. Na capela da JEC (Juventude Estudantil Católica), no largo do Rato, decorreu uma reunião de cristãos anticolonialistas, que agrupou cerca de 300 pessoas, 20 das quais fizeram uma greve da fome de 48 horas. No decorrer da reunião foi aprovada uma moção que denunciava o apoio dos bispos portugueses à política colonial-fascista do governo. Foram igualmente distribuídas centenas de comunicados nas igrejas de Lisboa e arredores. A polícia e a Pide invadiram a capela, expulsando os manifestantes e prendendo dezenas deles. Esta manifestação só demonstra que é cada vez maior o número de cristãos que rompe com as amarras com que o alto-clero fascista e colonialista os tenta prender. É preciso, no entanto, assinalar que estas movimentações são frequentemente conduzidas ou recuperadas por elementos reformistas e

(Continua na pág. 7)



Samora Machel, presidente da FRELIMO, com um grupo de desertores portugueses

A nossa posição face à deserção

(Continuação da pág.1)

Portugal, o que significa que poucos se aventuram a fazê-lo, ou aceitar mesmo as ordens dos colonialistas de disparar contra os combatentes e as populações civis africanas. Por outro lado, a agitação no seio do exército português estacionado nas colónias, admitindo-se que era possível, admitindo-se que conduziu mesmo à desintegração desse exército, o que nem é de supor, nunca destruiria o exército colonialista português, cuja força principal está em Portugal. A posição que diz para se ir «fazer agitação» para as colónias significa nada mais nada menos que dizer aos soldados para colaborarem na guerra colonial. Enquanto fazes «agitação» (vêm-se bem os resultados duma tal «agitação» ao fim de mais de dez anos de guerra colonial) vais cometendo os piores crimes contra os povos africanos, eis o significado dessa posição.

A segunda posição oportunista, que se apresenta como de «esquerda», é a defendida por certos radicais, que se fingem de muito revolucionários, mas na realidade não passam de verbalistas de frases empoadas e longe da realidade. Afirmam eles que a forma de luta «autenticamente revolucionária» é desencadear imediatamente a «violência revolucionária», as «sabotagens» contra «objectivos coloniais», e é «desertar com armas», organizar «deserções colectivas», «em massa», etc. Sendo na aparência uma posição revolucionária, ela não passa de mais outra forma de liquidar o movimento de deserção dos soldados. Chamar os revolucionários que se encontram no exército a desencadear já neste momento a violência revolucionária, numa altura em que ainda não existe uma organização revolucionária entre os soldados, é o mesmo do que propor-lhes que quebrem a cabeça contra o muro repressivo, que no interior do exército é poderoso e implacável, tanto mais que tem a cobertura da lei militar. Chamar os revolucionários a desencadear apenas acções de sabotagem contra objectivos coloniais é limitar-lhes o horizonte e perpetuar o colonialismo, pois este existirá enquanto existir o Estado imperialista dos exploradores, que é de longe mais vasto que esses objectivos, e resiste à vontade a umas quantas «sabotagens» localizadas e de três em três meses. Chamar os soldados revolucionários a «desertar com armas» e a «deserções colectivas» é indicar-lhes vias aventureiras que lhes dificultam a deserção e atraem sobre eles a repressão: o roubo de armas é difícil, chama a atenção e é inútil no momento presente; a deserção colectiva é difícil de organizar e geralmente desmantelada antes de concretizada. Estas posições, que são tão de «esquerda» na aparência, não fazem mais do que colaborar com a repressão ao conduzir os revolucionários a aventuras facilmente desmanteláveis. Note-se que *A Voz do Desertor* não exclui a possibilidade de se desertar com armas e de se fazerem deserções colectivas lá onde os soldados revolucionários estiverem organizados para isso. Consideramos, no entanto, que essas não são as formas principais de deserção no momento actual e que, portanto, é aventureirismo lançar (como fazem os radicais) tais palavras de ordem às massas dos soldados.

Certos camaradas defendem que as organizações de desertores, pelo facto de serem organizações de massas, e não partidos políticos, não devem tomar posição perante o problema da correcção ou incorrecção da deserção ou da recusa em cumprir o serviço militar e das suas formas. A nosso ver, uma tal posição é errada, pois, como se viu, conforme a atitude que se toma nesta questão, assim se ajuda a luta dos povos coloniais ou o colonialismo.

Esses camaradas dizem que o problema da deserção ou da recusa em participar no exército colonial português inscreve-se no problema mais geral da luta do povo português contra o fascismo e o colonialismo e do apoio à luta de libertação nacional dos povos das colónias; que a questão da deserção ou não deserção e suas formas é, pois, parte da tática e estratégia da luta pelo derrube do fascismo e do colonialismo português; que a definição dessa estratégia e tática compete naturalmente às organizações de tipo partidário que visam o derrube do fascismo e do colonialismo; que, como tal, a definição da integração deste aspecto da luta (atitude perante a mobilização para o exército fascista-colonialista) só pode ser feito por esse tipo de organizações, que tomarão posição sobre eles consoante a tática e a estratégia gerais que estabeleceram. Estamos plenamente de acordo com esses camaradas. Qual é, porém, a conclusão que esses camaradas tiram de tudo o que precede? Dizem esses camaradas que a organização dos desertores é uma organização de massas, não-partidária, e, como tal, não é do seu âmbito definir uma estratégia ou tática de luta para conduzir o povo português na luta contra o fascismo e o colonialismo. Continuamos de acordo. Mas não continuamos de acordo quando esses camaradas concluem que, pela mesma razão, não é do seu âmbito tomar uma posição perante o problema da atitude face à mobilização para o exército fascista-colonialista, em Portugal. Não podemos estar de acordo! Porque? Porque o facto de se ser uma organização não-partidária, o facto de não se ser um partido político, uma organização de quadros, de vanguarda, mas uma organização aberta, de massas, não significa que se seja uma organização apolítica, neutral, sem tomar partido entre as diferentes linhas que se defrontam para a luta contra o fascismo e o colonialismo. O amorfismo, a ausência de linha, o não tomar partido não arma as massas duma vigilância capaz de combater a influência das posições oportunistas e chauvinistas. Estamos seguros de que os camaradas que hoje assim pensam saberão corrigir facilmente essa posição.

A Voz do Desertor, pelo contrário, toma resolutamente posição: a posição da não colaboração com o fascismo ao mesmo tempo que contra as aventuras, ao mesmo tempo que contra a abstenção. Para *A Voz do Desertor* só há uma posição correcta: fazer a recruta e a especialidade, aprender a manejar as armas, fazer agitação e propaganda anticolonial no seio do exército em Portugal e, antes de embarcar para as colónias, desertar e continuar o combate no seio da emigração. Isto, hoje, porque ainda não há

condições de organização para desencadear a insurreição popular em Portugal, único meio de destruir o fascismo e o colonialismo. Quando houver essas condições, quando o povo português desencadear a guerra revolucionária, nessa altura, será dever dos soldados virar as armas contra a oficialidade fascista-colonialista e juntar-se às fileiras do exército popular.

- Criar as condições de organização das massas populares e dos soldados e marinheiros que permitam transformar a guerra colonial em insurreição popular, tal é a tarefa actual.
- Até se ter atingido esse objectivo: desertar antes do embarque para as colónias.

Tal é a nossa posição.

A Voz do Desertor

No seu número de Março, o jornal *O Salto*, jornal dos trabalhadores portugueses emigrados, insere uma mensagem ao nosso jornal, assinada pelo seu Comité Executivo, onde diz nomeadamente: «*A Voz do Desertor enquanto jornal dos desertores e refractários portugueses... vem preencher um importante vácuo que existia na luta dos trabalhadores emigrados e do nosso povo em geral, contra o fascismo, o colonialismo e o imperialismo.*» Em seguida a saudação solidariza-se com a orientação revolucionária do nosso jornal e deseja-nos os maiores sucessos na nossa luta.

Pelo nosso lado, também nós não podemos deixar de nos solidarizar com *O Salto*, jornal que tão importante papel tem desempenhado na organização dos trabalhadores portugueses emigrados, independentemente dos agentes do fascismo na emigração — os bancos e os consulados.

Os desertores e refractários portugueses, se têm problemas particulares que justificam a sua organização num movimento próprio, têm também muitos problemas comuns com os outros trabalhadores portugueses emigrados. Por isso, ao criarmos o jornal *A Voz do Desertor* e ao lutarmos pela formação do Movimento dos Desertores e Refractários Portugueses, nós estamos a contribuir para a criação da União dos Trabalhadores Portugueses Emigrados. Nós não nos desligamos do resto da emigração portuguesa trabalhadora, mas entrelaçamo-nos profundamente com ela.

Daqui saudamos, pois, o Movimento dos Trabalhadores Portugueses Emigrados e o jornal *O Salto*.

**CAMARADA! DESERTOR!
CONTACTA O TEU JORNAL!
CRIA GRUPOS DE LEITURA
E DE DIVULGAÇÃO DE
«A VOZ DO DESERTOR»!**

Escreve-nos para:
Silvestre Guilloire
52, rue d'Enghien
75010 Paris.

NA FRENTE DE BATALHA

ANGOLA

A UNITA publicou um comunicado onde relatava as suas actividades no decorrer dos meses de Julho, Agosto e Setembro de 1972. A 15 de Julho, os guerrilheiros atacaram o inimigo na região de Hachado e Nova Sintra, tendo morto 35 soldados portugueses. A 7 de Agosto, atacaram o campo de Nacolo, província de Lunda, não tendo o inimigo conseguido sequer ripostar. A 22 de Setembro, os combatentes da UNITA repeliram uma unidade colonialista que tentou atacar a região de Luque, controlada pela UNITA, pondo vários soldados de exército colonialista fora de combate e prendendo sete. A 29 de Setembro, os guerrilheiros angolanos forçaram as tropas colonialistas a retirar duma região que cercavam e que fora violentamente bombardeada.

Segundo um comunicado do MPLA, no mês de Janeiro, as forças armadas patrióticas angolanas destruíram totalmente um acampamento das tropas colonialistas portuguesas em Lutemo, na frente Leste, e abateram quatro helicópteros colonialistas.

Por ocasião do 12.º aniversário do desencadeamento da luta armada popular anticolonialista e patriótica em Angola, o MPLA divulgou em Argel uma declaração na qual dizia, entre outras coisas: «Nenhum dos métodos bárbaros pode impedir a marcha vitoriosa do povo angolano para a sua liberdade. O MPLA tem a preocupação constante de agir sobre as massas populares, mobilizá-las, instruí-las e dirigi-las para combates cada vez mais duros e eficazes. A luta armada desencadeada em 1961 na capital do país estendeu-se às regiões do Norte para, em 1963, atingir Cabinda, e em 1966 as regiões do Leste do país. É a partir destas regiões que a luta armada progride firmemente para o centro e Sul do país. Em 1968, a guerrilha atingiu o planalto central (onde se concentra a maioria da população colonial) e, três anos depois, desencadeou-se no extremo sul do país. Paralelamente à progressão da luta armada, imensas regiões do país foram definitivamente libertadas do jugo colonialista.»

Segundo outro comunicado do MPLA, as forças patrióticas lançaram, a 21 de Março, um ataque contra um acampamento do exército colonial português de Ninda, destruindo grande parte das instalações e causando pesadas perdas ao inimigo. No mesmo dia, na região de Lutemo, os combatentes do MPLA desencadearam uma vasta acção de sabotagem contra as tropas colonialistas, danificando numerosos veículos do exército colonial português.

Numa guerra reaccionária, a classe revolucionária não pode deixar de deixar a derrota do seu governo.

Lénine

GUINÉ

A 7 de Fevereiro, o Comité Executivo do PAIGC divulgou um comunicado onde indicava que os combatentes guineenses «intensificaram a sua acção em todas as frentes no decorrer dos últimos dias do mês de Janeiro.» O comunicado refere que o exército do PAIGC realizou «um grande número de ataques contra os campos entrenchados dos colonialistas portugueses, conhecendo importantes sucessos no decorrer de algumas tentativas feitas pelas tropas colonialistas para penetrarem nas nossas regiões libertadas». Os combatentes do PAIGC infligiram pesadas perdas aos colonialistas em S. João, Bissasena e Djabada. Mais de metade das instalações militares de Tite, onde se encontra o quartel-general dos colonialistas no Sul da Guiné, foram destruídas pelos combatentes do PAIGC no decurso dum ataque realizado a 19 de Janeiro.

No decorrer da primeira quinzena de Março, os combatentes do PAIGC atacaram as tropas colonialistas portuguesas em Guidage e Olossato, no Norte; bombardearam as instalações militares colonialistas próximo de Catió, no Sul da Guiné; lançaram ataques na frente de Bafatá-Cabu. Em todas estas operações os combatentes infligiram pesadas derrotas ao exército ocupante. A 11 de Março os patriotas da Guiné emboscaram o exército colonialista na zona de Mores, infligindo-lhe 7 mortos e vários feridos e apoderando-se de material variado. A 12 de Março, perto de Cadique, atacaram uma coluna portuguesa, causando-lhe 20 mortos e destruindo três camiões militares, um jipe e dois tractores. A 23 de Março, os combatentes do PAIGC derrubaram dois bombardeiros a reacção dos colonialistas, na frente S. Domingos-Sambuia, a oeste de

MOÇAMBIQUE

Segundo um comunicado da FRELIMO, as forças armadas patrióticas de Moçambique abriram uma frente de combate em Macossa, no período de Agosto a Novembro do ano transacto. Durante este período, as forças de libertação puseram fora de combate, só nessa região, 109 soldados portugueses e destruíram 33 veículos do exército colonialista português.

Segundo outro comunicado da FRELIMO, no mesmo período, na província de Cabo Delgado, os guerrilheiros lançaram ataques contra oito postos militares e contra um campo de concentração colonialista, tendo posto fora de combate cerca de 90 soldados do exército português. Os combatentes moçambicanos destruíram na mesma região 10 veículos militares colonialistas e 3 pontes.

No dia 1 de Março, na província de Tete, as forças armadas patrióticas de Moçambique atacaram e demoliram um campo fortificado colonialista situado em Malevera (Gago Coutinho). Finalmente, segundo reconheceu um comunicado do próprio comando fascista-colonialista em Lisboa, publicado a 17 de Março, a força aérea colonialista perdeu dois aviões, um abatido pelos combatentes da FRELIMO, outro tendo explodido «acidentalmente»...

Farim.

A 30 de Março, no Sul da Guiné, os combatentes do PAIGC derrubaram um avião FIAT G-91 do exército colonialista, que era pilotado pelo criminoso de guerra tenente-coronel José Fernando de Almeida Brito. Poucos dias depois, as forças patrióticas guineenses abateram mais dois aviões do exército colonialista, um DO-27 e um T-6. Outro avião colonialista, um DO-27, desapareceu no mesmo período.

A RESISTÊNCIA

Uma multidão de soldados não é nada
A Resistência é que é tudo.
Os voluntários portugueses não são nada
A Resistência é que é tudo.
A Resistência de cada um é mais forte
O exército português não é nada.

Eu fui à zona de Kufar
Vi um grande movimento de tropas;
Mas o movimento de tropas não é nada
A Resistência é que é tudo.

Os portugueses foram a Kufar
O camarada Jamba foi informado;
Os portugueses foram a Kufar
Os camaradas atacaram.

O exército português não é nada
A Resistência é que é tudo.



JOSEF V. STÁLINE,

Este ano cumpre-se o XX aniversário da morte de Josef Vissarionovitch Stáline, falecido a 5 de Março de 1953. *A Voz do Desertor*, como jornal dos desertores e refractários portugueses, que recusam participar na criminoso guerra colonial, como jornal antifascista, anticolonialista e anti-imperialista, recorda a memória daquele que, durante três décadas, foi o maior dirigente do movimento revolucionário dos trabalhadores e dos povos oprimidos do mundo inteiro.

Um destacado revolucionário

Josef Stáline foi um dos principais companheiros de Vladimir Ilitch Lénine, grande dirigente da Revolução Socialista de Outubro de 1917 na Rússia, tendo-lhe sucedido na direcção da União Soviética e do movimento operário internacional.

Antes da Revolução Socialista de Outubro de 1917, Josef Stáline teve a vida atribulada e cheia de sacrifícios e tensão dum revolucionário profissional do Partido bolchevique. Nascido em Gori, na Geórgia, em 21 de Dezembro de 1879, na família pobre dum sapateiro, Josef Vissarionovitch Djugachvili, mais tarde Stáline (Homem de Aço), ingressou cedo, aos 15 anos, nas fileiras da revolução, tendo aderido a Partido aos 18 anos. A sua actividade revolucionária ao serviço do povo e contra o despotismo e a exploração valeu-lhe a perseguição da polícia czarista, tendo vivido na clandestinidade desde 1891 até 1917, e tendo, durante esse período, sofrido 6 prisões e 5 deportações. Nenhuma perseguição ou ameaça o intimidaram. Para servir a causa da libertação dos oprimidos e explorados, Stáline evadiu-se por cinco vezes das cadeias e locais de deporta-

1 O czar era o imperador da Rússia, que mantinha um regime terrorista e de exploração desenfreada dos trabalhadores e dos povos desse país.



OS TRABALHADORES ORGANIZARAM O EXÉRCITO VERMELHO

ção onde os esbirros do czar o colocavam, e voltou sempre ao seu posto de combate, à frente dos trabalhadores.

Em companhia de V.I. Lénine, Josef Stáline formou e consolidou o partido revolucionário dos trabalhadores russos, o Partido bolchevique, e conduziu as grandes massas dos operários, dos camponeses



JOSEF VISSARIONOVITCH STÁLINE

e dos soldados revolucionários à conquista do poder político e à instauração do poder dos Sovietes². Fez parte do primeiro governo da República soviética, o Conselho dos Comissários do Povo, e desempenhou um importante papel na edificação do novo poder revolucionário e na repressão dos representantes das classes exploradoras e dos agentes do imperialismo.

O poder dos Sovietes, com Lénine e Stáline à cabeça, liquidou o sistema social caduco e injusto da burguesia e instaurou uma nova sociedade sem exploração do homem pelo homem. Foi instituído o princípio «quem não trabalha não come», as terras foram nacionalizadas, as propriedades dos grandes agrários confiscadas e repartidas entre os camponeses, os bancos e indústrias entregues à propriedade do Estado dos operários e camponeses.

Após a morte de Lénine, Josef Stáline conduziu a URSS pela via da construção da nova sociedade. Sob a sua direcção, os trabalhadores soviéticos puseram de pé uma potente indústria, colectivizaram e mecanizaram a agricultura, desenvolveram o ensino e a cultura populares e criaram um tipo de homem totalmente novo, o homem soviético, o homem internacionalista e revolucionário, livre das taras da educação e da cultura burguesas.

2 *Soviets*, conselhos dos deputados operários, camponeses e soldados. A Revolução de Outubro entregou o poder a estas amplas organizações das massas populares, pondo termo ao governo dum minoria de exploradores capitalistas.

Organizador do exército vermelho

Há guerras injustas, como as guerras imperialistas e as guerras coloniais, que são conduzidas pelos exploradores contra os interesses dos trabalhadores e dos povos; e há guerras justas, guerras revolucionárias e de libertação, conduzidas pelos oprimidos e explorados contra a burguesia, o imperialismo e o colonialismo. Do mesmo modo, há exércitos opressores, reaccionários e antipopulares e há exércitos libertadores, revolucionários e populares. A Revolução Socialista de Outubro foi uma guerra justa dos operários, camponeses e soldados revolucionários da Rússia contra os seus opressores e exploradores. Para defender a Revolução dos seus inimigos do interior e do exterior, os trabalhadores armaram-se e organizaram um exército próprio — o Exército Vermelho dos Operários e Camponeses.

Um dos maiores organizadores e chefes do Exército Vermelho da União Soviética foi Josef Stáline.

Durante as jornadas de Outubro de 1917, Josef Stáline, em estreita colaboração com Lénine, organizou e dirigiu a insurreição popular, estabeleceu o plano militar da revolução e deu as principais directivas aos destacamentos revolucionários. Josef Stáline, nesta altura decisiva da revolução, era o presidente do Centro Militar do Comité Central do Partido bolchevique. Esse Centro constituía o núcleo dirigente do Comité Militar Revolucionário junto do Soviete de Petrogrado³; ele guiava o conjunto da insurreição. Lénine e Stáline foram os animadores, os organizadores e os estrategas da insurreição de Outubro, que marcou o início dum nova página na história da humanidade.

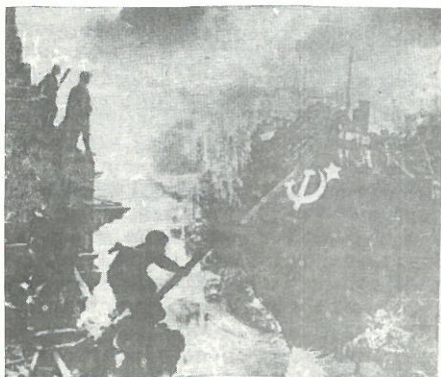
Derrubados pela Revolução Socialista de Outubro, os grandes proprietários rurais e os capitalistas da Rússia, aliados aos capitalistas dos outros países, organizaram a intervenção militar contra o país dos Sovietes. O Partido bolchevique, com Lénine e Stáline à sua frente, chamou os operários e os camponeses à guerra nacional contra a invasão estrangeira e a reacção interna. À cabeça do Exército Vermelho, Josef Stáline, que foi o principal enviado do Comité Central e de Lénine nas diversas frentes de batalha, venceu a traição de Trotski, aliado das potências estrangeiras e dos generais czaristas, e repeliu a agressão das 14 potências capitalistas e reaccionárias coligadas. J. Stáline estava sempre nas frentes mais decisivas e mais perigosas para a revolução, era membro do Conselho Militar Revolucionário da República e membro dos conselhos militares revolucionários das frentes Oeste, Sul e Sudoeste. Como disse o seu próximo colaborador Vorochilov, «Stáline aparecia lá onde a confusão e o pânico podiam,

3 Petrogrado era a capital da Rússia, hoje Leningrado (cidade de Lénine).

SOLDADO DO POVO

dum momento para o outro, conduzir à paralisia e à «catástrofe». Stáline foi o animador e o organizador directo das maiores vitórias do Exército Vermelho. Os grandes méritos de Stáline na Guerra Civil, o seu espírito de sacrifício e as suas qualidades de estratega militar foram condecorados, por iniciativa de Lénine, com a Ordem da Bandeira Vermelha, que lhe foi entregue a 27 de Novembro de 1919.

Josef Stáline, ao lado de Lenine, foi o criador do Exército Vermelho Soviético, o primeiro exército vermelho do mundo, um exército radicalmente diferente dos exércitos da burguesia, que são destinados



8-5-1945. A BANDEIRA DA URSS É IÇADA EM BERLIM

a reprimir o povo metropolitano e os povos coloniais. O Exército Vermelho Soviético era um exército do povo, era o povo em armas, o exército dos operários e camponeses libertados, exército da fraternidade entre os povos, exército educado no espírito internacionalista.

Amigo dos povos oprimidos

O império czarista era uma cadeia dos povos. Dezenas de povos e de nacionalidades gemiam sob o jugo do imperialismo grão-russo. O czarismo era um carrasco dos povos, tanto na Europa como no Oriente. Ao mesmo tempo que oprimiam e exploravam desenfreadamente os operários e os camponeses da Rússia, os capitalistas e grandes agrários grão-russos sugavam o suor e reprimiam a ferro e fogo um vasto império colonial. A insurreição de Outubro, iniciada pelos trabalhadores russos nos principais centros urbanos da metrópole, em breve se estendeu à periferia, às colónias. Contra o mesmo inimigo comum, levantaram-se, como um só homem, milhões de trabalhadores nos quatro cantos do império czarista.

Desde os primeiros dias de existência do Governo dos Sovietes até 1923, Josef Stáline foi Comissário do Povo para os Assuntos das Nacionalidades. Em estreita colaboração com V.I. Lénine, Josef Stáline levou a cabo um intenso trabalho com vistas à libertação dos povos do antigo império czarista, à formação de repúblicas so-

4 K. Vorochilov, *Stáline é o Exército Vermelho*, 1940, pp. 6-7, edição russa.

viéticas no lugar das colónias czaristas e à união internacionalista e fraternal de todos esses povos na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). O fruto desse trabalho libertador foi atingido plenamente a 30 de Dezembro de 1922, data da fundação da URSS. Pela primeira vez na história da humanidade, dezenas de povos e nacionalidades diferentes viviam unidos fraternalmente, em igualdade, sem opressão nacional ou colonial, nem ódio nacional a dividi-los, respeitando-se mutuamente e trabalhando em conjunto no sentido da felicidade e da libertação, do progresso e da paz. Josef Stáline foi o principal construtor dessa união livre dos povos que foi a URSS.

Internacionalista até ao fim, Josef Stáline foi um batalhador da causa da libertação dos povos oprimidos de todo o mundo. Paralelamente ao seu trabalho na direcção da URSS e do movimento revolucionário dos operários dos países capitalistas, Josef Stáline foi um grande dirigente do movimento nacional libertador dos povos coloniais e dependentes. Além da considerável ajuda sempre concedida, no seu tempo, pela União Soviética à luta anti-imperialista dos povos do Oriente, nomeadamente do povo chinês, os povos oprimidos tiveram uma ajuda inestimável nos trabalhos teóricos que Josef Stáline dedicou à questão nacional e colonial. Como disse o dirigente do povo chinês, Mao Tsetung, Josef Stáline «deu provas da maior sagacidade no que diz respeito aos problemas da revolução chinesa» e «manifestava sentimentos calorosos para com os povos oprimidos do Oriente»⁵.

A coroar a sua actividade internacionalista e revolucionária está todo o trabalho de Josef Stáline como dirigente da URSS

5 Mao Tsetung, *A Amizade mais Profunda*, artigo publicado no jornal soviético *Pravda*, a 10 de Março de 1953, por ocasião do falecimento de J.V. Stáline.

e Comandante-Chefe do Exército Soviético durante a Segunda Grande Guerra (1939-1945). Dando provas de inesgotáveis qualidades militares, mostrando-se um estratega sem par, apoiando-se nas vastas massas do povo soviético e dos povos do mundo, Josef Stáline infligiu, em 1945, a mais pesada derrota do imperialismo mundial depois da Revolução Socialista de Outubro. A frente do Exército Soviético, Josef Stáline esmagou os monstros fascistas e libertou a civilização europeia das trevas da barbárie hitleriana. Das cinzas do fascismo alemão, ergueu-se um poderoso campo da democracia e da paz, ao qual se vieram juntar em seguida os povos chinês, do Vietnam do Norte e da Coreia do Norte. Todas estas grandes vitórias dos povos sobre o imperialismo estão ligadas ao nome de Josef Stáline.

*
* *

Hoje, passados vinte anos sobre a morte de Josef Stáline, o campo da luta contra o imperialismo sofreu profundas alterações. Com a subida ao poder na URSS do grupo de Kruchtchev-Brejnev, esse grande país abandonou a política internacionalista de ajuda aos movimentos de libertação dos povos coloniais e dependentes. A URSS é hoje um país social-imperialista, agressor dos povos e aliado do imperialismo. A sua ponta de lança encontra-se virada contra a República Popular da China, ocupa militarmente a Checoslováquia, coloniza quase toda a Europa Oriental e a República Popular da Mongólia, oprime os povos soviéticos e penetra em todos os continentes com objectivos agressivos e espoliadores. Por tudo isso, os revolucionários e os anti-imperialistas conseqüentes de todo o mundo recordam, mais do que nunca, a política internacionalista de Josef Vissarionovitch Stáline.

O MPLA APOIA OS DESERTORES

No seu número de Março, o jornal *O Salto* insere uma entrevista com António Neto, representante do MPLA nos países nórdicos. Transcrevemos seguidamente a parte final dessa entrevista, que nos toca particularmente. Sublinhamos, nomeadamente, que o MPLA considera que os soldados portugueses devem desertar antes de ir para as colónias.

O SALTO: Os jovens desertores e refractários portugueses reclamam o direito ao refúgio político. De que maneira o MPLA concebe que este direito lhes devia ser concedido, e qual a posição do MPLA em relação aos soldados portugueses nas colónias?

NETO: Por intermédio da nossa rádio, temos emissões destinadas aos soldados portugueses, que se encontram lutando nas fileiras do exército colonialista. Nós pensamos que as organizações de emigração, as organizações da oposição portuguesa, devem fazer uma campanha mais eficaz com vista a pelo menos impedir que largas fracções de soldados portugueses,

que pertencem ao proletariado, que são oriundas do proletariado português, possam ir para as colónias lutar pela sobrevivência da burguesia fascista portuguesa. Por consequência, o problema dos refractários, o problema dos desertores portugueses, que se põe no exterior, é um problema fundamental. O MPLA apoia esse gesto dos desertores e refractários portugueses que fugiram à guerra, que disseram não à guerra. Por outro lado, o MPLA apela para que todos os desertores e refractários portugueses que se encontram no exterior mobilizem a emigração portuguesa dentro das suas respectivas organizações, com vista não somente a obter estadia em território estrangeiro, a usufruir de todos os direitos contidos nas leis que a burguesia internacional fez, a serem protegidos, e poderem continuar a acção política, mas também com vista à mudança da situação em Portugal. Isso é um direito, é um dever, é uma obrigação dos camaradas portugueses que reforçará as nossas lutas, que são comuns, quando se trata de lutar contra a burguesia fascista portuguesa.

COMITÉ DE ESTOCOLMO

nova etapa na sua vida

Em meados de Abril, o Comité de Desertores Portugueses de Estocolmo (CDPE) realizou uma Assembleia Geral, de que resultou a aprovação do Programa, dos Estatutos e da Plataforma Política do CDPE.

Transcrevemos seguidamente a Introdução do Programa do CDPE. No próximo número, tentaremos reproduzir algumas partes do Programa do CDPE, programa consequentemente anticolonialista e anti-imperialista, que consideramos exemplar para os outros comités de desertores já formados ou em formação.

A discussão que se processa actualmente no seio do Comité é a aplicação consequente do método de trabalho que deve presidir a uma organização de massas. As questões de fundo em debate — estatutos, programa de orientação e resolução sobre a deserção — são consequência do salto qualitativo verificado no Comité desde a sua reorganização, e em que se podem distinguir duas etapas de desenvolvimento: até à manifestação anticolonial organizada pelo CDPE no dia 27.1.73, e após esta.

Na primeira etapa foi-se estruturando uma linha que se manifestou no nº 1 do Boletim e que foi, em grande parte, correcta. Ela teve a sua concretização na manifestação quando do assassínio de Amílcar Cabral, manifestação de unidade anticolonialista e anti-imperialista, bastante diferente de muitas outras manifestações chamadas de «Unidade — Solidariedade» que se têm feito na Suécia. A diferença consistiu em que a unidade assentou em princípios bem determinados, nos princípios do internacionalismo da classe operária. A manifestação não se limitou apenas a lamentar a morte do grande dirigente Amílcar Cabral e a condenar o colonialismo português, isto é, não foi uma manifestação de carácter «humanitário». Ela apontou também para o carácter internacionalista da luta do povo da Guiné-Bissau: ele desenvolve uma luta contra o inimigo comum da classe operária de todo o mundo — o imperialismo. Ela salientou ainda o aspecto principal da solidariedade para com essa luta: desenvolver a luta anti-imperialista nos nossos próprios países.

A segunda etapa, em curso, é sobretudo uma fase de consolidação interna. O nível de uma organização de massas depende do nível de conjunto dos seus membros, e sem um trabalho de estudo e discussão que faça avançar o nível ideológico e político, esta estagna ou tende a cair em posições incorrectas. A definição e aplicação democrática de uma linha passam pela ampla participação dos membros na sua discussão prévia. As questões de fundo que agora se levantam necessitam pois de um debate aberto e vivo, para que se atinja uma unidade consciente.

Este, o processo de desenvolvimento do Comité.

Recentemente surgiram dois factos novos, de ordem externa, importantes pela sua influência nas perspectivas de evolução de CDPE.

O primeiro facto é a lei fascista sobre o «terrorismo» que, ao entrar em vigor, poderá ser arbitrariamente utilizada contra os jovens desertores e refractários portugueses que no futuro se dirijam para a Suécia, sendo-lhes recusada entrada na fronteira ou licenças de estadia e trabalho. À medida que a luta de classes se agudiza, no rasto da crise mundial do imperialismo, as manobras reaccionárias deste tipo tenderão a suceder-se, pelo que temos de intensificar os esforços no sentido de protegermos os camaradas anticolonialistas e antifascistas que procurem asilo neste país.

O segundo facto, duma extrema importância pelas perspectivas que traz à quebra do isolamento do CDPE e à colaboração com outras organizações de desertores e refractários num sentido comum, é o aparecimento do jornal *A Voz do Desertor*. A identidade de pontos de vista entre a orientação proposta no editorial deste jornal e a do CDPE é de tal maneira evidente que é perfeitamente lógica a decisão unânime do Comité em colaborar estreitamente com *A Voz do Desertor* com vista à criação do Movimento dos Desertores e Refractários Portugueses.

Com a sua adesão, o CDPE entra numa nova etapa histórica. A etapa que tem como objectivo estratégico a criação do Movimento e que verdadeiramente concretizará a integração da luta do Comité na luta geral do povo português contra o fascismo, o colonialismo e a exploração. Um movimento unitário de Desertores e Refractários permitirá organizar e educar a massa de jovens que se recusaram a fa-

zer a guerra colonial, para que estejam aptos a colocarem-se ao serviço do povo português na sua luta por uma Democracia Popular. Ele permitirá também levar a cabo campanhas articuladas antifascistas, anticolonialistas e anti-imperialistas.

O CDPE é uma organização unitária, de massas, na base do antifascismo, do anticolonialismo, do antineocolonialismo e do anti-imperialismo. É nesta plataforma política que assenta o Comité e todo o seu trabalho se desenvolve segundo a orientação democraticamente definida e aprovada pelos seus membros.

O CDPE, desde a sua reorganização em Dezembro de 1972, tem procurado vencer a falta de confiança no povo português e o consequente pessimismo a que se entregam os desertores e refractários portugueses em contacto com a social-democracia sueca e afastados da luta popular em Portugal.

O CDPE tem procurado mostrar-lhes, através da sua actividade, que a luta dos desertores e refractários não terminou com o acto da recusa de participação na guerra colonial mas que, pelo contrário eles organizados poderão continuar a lutar, dando ao seu acto todo o seu significado.

Neste momento, em que na base duma orientação comum se une ao jornal *A Voz do Desertor* para a criação do Movimento dos Desertores e Refractários Portugueses, o CDPE considera mais do que nunca necessária a explicitação clara dessa orientação. É ela que permitirá ao CDPE unir à sua volta os desertores e refractários que estão verdadeiramente dispostos a colocar a sua luta ao serviço do povo português e a integrar-se na luta mais geral do povo português contra o fascismo, o colonialismo e o imperialismo.

Estamos convosco, camaradas de Estocolmo!

A Voz do Desertor recebeu dos camaradas do Comité de Desertores Portugueses de Estocolmo (CDPE) uma carta de felicitações pelo aparecimento do seu primeiro número. Posteriormente, em meados de Abril, em Assembleia Geral, o CDPE aprovou uma «Resolução sobre o jornal *A Voz do Desertor*», na qual manifesta o desejo de colaborar no jornal e no trabalho de criação do Movimento dos Desertores e Refractários Portugueses.

Desejando que da colaboração e união, em bases anticolonialistas consequentes,

Comité de Desertores Portugueses
de Estocolmo
Box 42 110
126 12 Estocolmo, Suécia.

das diferentes organizações de desertores e refractários, surja o Movimento dos Desertores e Refractários Portugueses, *A Voz do Desertor* manifesta o seu apoio ao CDPE, cuja actividade muito tem contribuído para a organização da luta anticolonial na Suécia, e aceita de bom-grado a colaboração dos camaradas de Estocolmo. *A Voz do Desertor* regozija-se com o avanço da organização dos desertores na Suécia e apela a todos os desertores portugueses nos demais países a fortalecerem a sua unidade em bases anticolonialistas consequentes, de que o «Programa do CDPE», recentemente aprovado, é um exemplo.

Criemos Comités de Desertores e Refractários Portugueses!

Em frente pela criação do Movimento dos Desertores e Refractários Portugueses!

Manifestações (continuação)

neocolonialistas que se disfarçam de «anticolonialistas». É bem sabido que, por exemplo, Francisco Pereira de Moura, que tomou parte nesta manifestação, é um neocolonialista notório, que foi candidato a deputado pela CDE em 1969. De maneira nenhuma podemos confundir estes elementos oportunistas com as massas de crioulos sinceramente anticolonialistas.

Não se pode igualmente deixar de condenar a colocação de engenhos explosivos nos caixotes de lixo, em numerosos pontos de Lisboa, com o objectivo de espalhar panfletos informativos dessa manifestação. De facto, tal acção, isolada da luta de massas, que causou ferimentos a duas crianças, só serve a demagogia fascista e tem o justo repúdio popular. Os panfletos expelidos pelas bombas eram assinados «trabalhadores revolucionários», o que não passa de demagogia dos bombistas, pois os trabalhadores revolucionários defendem a violência das massas populares e não o terrorismo.

A 9 de Fevereiro teve lugar em Lisboa outra manifestação anticolonial, que se efectuou na rua Morais Soares em direcção ao Alto de S. João, na qual participaram cerca de 100 pessoas, na sua maioria estudantes. Esta manifestação foi prontamente dispersa pela polícia, que prendeu quatro estudantes e feriu e prendeu outro. Esta manifestação falhou devido à acção provocatória e aventureirista do chamado «Movimento Popular Anti-Colonial» («MPAC») que, sabotando a luta de massas anticolonial, a tinha convocado apenas com 5 dias de antecedência, sem nenhuma preparação de propaganda e organização. Como justamente denunciam os CLACs no no. 5 de *Vencerão!*, o chamado «MPAC» é um grupelho provocatório e sectário que se distingue pela sabotagem que faz da unidade anticolonial. Esses sabotadores salientam-se por terem conduzido uma acção provocatória nas Associações de Estudantes, tentando arrastar os dirigentes associativos a «assumir uma posição proletária e revolucionária» e a «marcar publicamente a sua posição sobre o MPAC e a acção dos CLACs», com o que pretendiam destruir as próprias Associações de Estudantes, associações legais, atraindo sobre elas a repressão; por pretenderem fazer acreditar que controlam os CLACs; por terem convocado, em 1972, uma manifestação divisionista para 25 de Fevereiro, quando os CLACs já haviam convocado uma para o dia 19, e dizerem que esta era convocada pela Pide; por lançarem calúnias e fazerem denúncias sobre os camaradas do jornal *Vencerão!*; por roubarem o jornal *Vencerão!* dos locais onde ele tem sido distribuído.

No dia 21 de Fevereiro, várias centenas de pessoas manifestaram em Lisboa o seu repúdio à criminosa guerra colonial e a solidariedade internacionalista com a luta dos povos das colónias. Apesar do gigantesco aparelho repressivo montado pelo fascismo, cerca de 300 pessoas conseguiram organizar um cortejo, que passou pelo Largo do Calvário e Tapada da Ajuda e se dirigiu para o ministério fascista das colónias. A manifestação manteve-se organizada durante uma hora, foram arvorados cartazes anticoloniais e gritaram-se palavras de ordem revolucionárias. Os mani-

festantes foram obrigados a dispersar, junto ao ministério das colónias, devido à investida policial fascista. Foram feitas algumas prisões entre os manifestantes.

Na tarde de 9 e madrugada de 10 de Março, deram-se três violentas explosões em Lisboa, em instalações do exército fascista-colonialista, tendo sido mortas duas pessoas e feridas nove. Mais uma vez os terroristas dão armas ao fascismo e ao colonialismo para desencadear as suas campanhas demagógicas e repressivas contra o movimento revolucionário. *Os autênticos revolucionários, que defendem a via da insurreição popular, a via da violência revolucionária das massas, condenam essas acções isoladas, que só criam ilusões nas massas populares. A libertação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores e não de meia-dúzia de bombistas; o exército fascista-colonialista só pode ser demantelado pela força revolucionária das massas e não por atentados terroristas de tempos a tempos.*

Finalmente, em princípios de Abril, foram desencadeadas várias manifestações de rua anticolonialistas e antifascistas nas cidades de Lisboa, Porto, Coimbra e Aveiro. Em Lisboa, no dia 2 de Abril, os manifestantes deslocaram-se do Saldanha até a Praça Martim Moniz, passando pela Praça

do Chile e Avenida Almirante Reis. Expressando o seu ódio ao capitalismo, os manifestantes apedrejaram as montras de agências bancárias. No dia 4, na Faculdade de Ciências de Lisboa, houve recontros entre os estudantes e a polícia fascista, que efectuou cerca de duas centenas de prisões, ficando vários estudantes feridos.

Ainda em Lisboa, princípios de Abril, decorreu uma manifestação anticolonialista e antifascista que foi de Sete-Rios até ao Bairro das Padralvas, junto das Portas de Benfica; os manifestantes partiram as montras de vários bancos e fizeram inscrições nas paredes e nos autocarros. Em Coimbra, no dia 5 de Abril, várias centenas de estudantes organizaram uma manifestação em frente da Faculdade de Letras, encerrada pelo reitor fascista. Os manifestantes gritaram palavras de ordem anticolonialistas e anticapitalistas e quebraram montras de bancos. Foram feitas várias prisões. No mesmo dia, no Porto, vários grupos de manifestantes organizaram manifestações-relâmpago, partindo as montras de numerosas agências bancárias. No dia 8 de Abril, em Aveiro, teve lugar uma manifestação de mais de mil pessoas, havendo recontros com a polícia fascista, que causaram dezenas de feridos entre os manifestantes e a polícia fascista.

AMÍLCAR CABRAL morreu ao serviço do povo

Ao apelo do Movimento dos Trabalhadores Portugueses Emigrados, e organizado por várias associações de trabalhadores portugueses, realizou-se no passado dia 18 de Fevereiro, em Paris, um grande comício popular de homenagem a Amílcar Cabral. A Voz do Desertor esteve presente, tendo despertado bastante interesse entre os anticolonialistas participantes. O nosso jornal enviou a seguinte mensagem ao comício popular:

Todo o homem tem de morrer um dia, mas nem todas as mortes têm o mesmo significado. Morrer pelos interesses do povo tem mais peso do que uma montanha, mas esforçar-se ao serviço dos fascistas e morrer pelos exploradores e opressores do povo pesa menos do que uma pena. O imperialismo assassinou Amílcar Cabral!

Viva Amílcar Cabral!

Ele morreu pelos interesses do seu povo e pelos interesses dos povos do mundo. A sua morte tem mais peso que uma montanha. A sua vida, o seu combate, a sua dedicação à liberdade, à independência e à felicidade do povo da Guiné e Cabo Verde serão para sempre recordados por todos os jovens portugueses que preferiram desertar a disparar sobre os seus irmãos de África. O sacrifício de Amílcar Cabral convence-nos ainda mais da justiça do nosso acto. Nós negámo-nos a fazer a guerra colonial criminosa e suja. Nós não hesitaremos em fazer a guerra popular que castigará os assassinos do heróico Amílcar Cabral!

Somos mais de 100 mil na Europa. Deixámos Portugal para não sermos crimi-

nosos. Perante o assassinato hediondo do grande patriota Amílcar Cabral, a nossa voz unânime levanta-se num coro de revolta e indignação: Marcelo Caetano é o responsável! O criminoso Spínola é o responsável! A Pide é responsável! O fascismo, o colonialismo e o imperialismo são os responsáveis! Nós não pouparemos esforços para vingar Amílcar Cabral! Nós julgaremos um dia esses criminosos selvagens!

A nossa voz levanta-se num coro de incitamento e mobilização: camaradas, jovens que estão no exército fascista-colonialista! Não colaborem mais no assassinato de irmãos vossos, de patriotas, de trabalhadores! A vossa morte pesará menos do que uma pena! Vocês morrerão ao serviço dos fascistas, dos colonialistas, dos exploradores e opressores! Desertem, abandonem esse covil imundo de assassinos e canibais! Que o exército dos monopólios portugueses e internacionais não se utilize mais da vossa passividade! Não colaborem com os monstros que assassinaram Amílcar Cabral! Desertem!

O colonialismo é uma sanguessuga com duas ventosas: uma para sugar o sangue do proletariado da metrópole, a outra para sugar o sangue do proletariado das colónias.

HO CHI MINH

PELA UNIDADE REVOLUCIONÁRIA ANTICOLONIALISTA

No n.º 3 do jornal *Vencerão!*, órgão dos Comitês de Luta Anticolonial e Anti-Imperialista (CLACs), que saiu em Dezembro passado, foi publicado um importante editorial sobre o problema da unidade revolucionária anticolonialista. Dada a sua actualidade, e porque consideramos totalmente justas as posições das camaradas de *Vencerão!*, reproduzimos a seguir esse editorial.

O aparecimento dos CLACs havia de colocar, a breve trecho, problemas da sua orientação. Criados no espírito de unidade na acção anticolonialista, antineocolonialista e anti-imperialista, os CLACs já levaram a efeito várias acções contra a criminosa guerra colonial, nas quais participaram, independentemente das suas posições políticas e ideológicas particulares, dezenas de militantes. O aparecimento do

jornal «Resistência», dito da «Resistência Popular Anti-Colonial», veio contudo revelar a existência de profundas divergências sobre o que devem ser os próprios CLACs em particular, e o movimento popular contra a guerra em geral.

Com efeito, o n.º 1 do referido jornal pretende aparentar-se aos CLACs (estes existindo no meio dos operários e estudantes, eles no meio dos soldados e marinheiros...), pretendendo arrastá-los assim para posições na aparência de esquerda, mas na realidade cem por cento oportunistas. Como foi afirmado, os CLACs são organismos de unidade anti-colonialista e não estão presos a esta ou àquela corrente política. Contra este ponto de vista, os promotores de «Resistência», apesar de algures afirmarem que a sua organização é de «unidade revolucionária» (n.º 1, p.

4), espetam com o martelo e a foice no cabeçalho do jornal. E insaciados com a sua posição muito à «esquerda», definem o seu movimento de unidade (?) como «marxista-leninista» (p. 11)!

Não é que os CLACs sejam anticomunistas, antimarxistas-leninistas. Mas há que colocar cada coisa no seu lugar. Certamente nos CLACs participarão comunistas, que se organizarão independentemente. Mas se partirmos do princípio da necessidade da unidade na acção anticolonialista, há que adoptar aqui uma plataforma revolucionária anticolonialista *comum*, autenticamente de unidade, e não pretender impor uma linha dita «marxista-leninista» a uma organização de unidade. Os promotores de tal iniciativa não passam de esquerdistas, de sectários, que não fazem senão prejudicar a acção unitária anticolonialista.

Esclarece-se aqueles que imaginam os CLACs a por a unidade acima de tudo que se enganam. Efectivamente, os CLACs devem rejeitar o direitoismo que pretenda unir neles toda a gente incluindo os falsos anticolonialistas, como são os social-imperialistas Mário Soares e Cunhal, que têm de ser desmascarados como falsos e demagogos, como neocolonialistas e opondo-se à independência dos povos das colónias. Mas há que compreender que, se esses social-imperialistas devem ser escorraçados, não é pela razão de se oporem ao marxismo-leninismo, por serem revisionistas de Marx e Lênine, mas *exclusivamente por se oporem à libertação completa dos povos das colónias*. Muitos revolucionários há que, sem serem marxistas-leninistas, são autênticos anticolonialistas e anti-imperialistas, e, como tal, devem ter o seu lugar nos CLACs. Os marxistas-leninistas podendo participar nos CLACs como quaisquer outros revolucionários, organizar-se-ão naturalmente independentemente no seu partido e editarão os seus próprios jornais. E aí já poderão então pôr tantos martelos e foices quantos queiram e defender o marxismo-leninismo. Só os que se pretendem mais papistas que o papa e acabam por misturar alhos com bugalhos não compreendem estas coisas tão elementarzinhas. Os CLACs devem assentar nesta base política e só nesta.

Se estás em França por teres recusado participar na guerra colonial; se por isso tens dificuldades na legalização aqui em França; se pretendes simplesmente ajudar a luta contra o colonialismo português; contacta o

COMITÉ DE APOIO
AOS DESERTORES
E REFRACTÁRIOS
PORTUGUESES

127, Rue St. Maur, Paris 11.
Metro: Goncourt ou Couronnes.
Quartas-Feiras: das 18 h às 21 h.
Sábados: das 16 h às 20 h.
174, Rue Championnet, Paris 18.
Metro: Guy Moquet.
Sábados: das 18 h às 20 h.



OS DESERTORES AMERICANOS EXIGEM A AMNISTIA

Segundo informou o jornal *Le Monde*, de 20 de Fevereiro, a conferência organizada por desertores americanos que recusaram participar na guerra de agressão ao povo do Vietnam, que visava reivindicar a amnistia para esses jovens, e que se realizaria em Paris, foi proibida pela prefeitura da polícia desta cidade. Esta prefeitura alegava como razões para a proibição o facto do agrupamento iniciador da reunião não se encontrar declarado em França e porque «a realização em Paris duma reunião consagrada aos problemas da amnistia dos desertores e refractários dum país convidado à conferência de paz no Vietnam seria de natureza a perturbar a boa atmosfera que o país hóspede deve manter no decurso desta conferência e, portanto, a ordem pública.» Como informou *Le Monde*, um representante da organização Safe Return (Regresso Assegurado), promotora da conferência, «lamentou a medida de proibição, sublinhando que a amnistia era um problema que só dizia respeito aos Estados Unidos. Ele deu a conhecer que a reunião prevista (que não seria aberta ao público) estaria separada de vários dias da abertura da conferência internacional sobre o Vietnam.»

Igualmente segundo *Le Monde*, de 22 de Fevereiro, um porta-voz daquela organização de desertores e refractários americanos declarou que a referida proibição é «resultado das pressões da administração americana sobre as autoridades francesas».

Hoje, a questão dos desertores e refractários americanos é um grave problema com que se defronta a sociedade americana. Segundo revela o próprio secretário americano da defesa, desde meados de 1966, registaram-se 423 mil e 422 deserções. O mesmo organismo indica que, apesar de muitos jovens se terem entregue

às autoridades militares, ainda estariam «em liberdade» 32 mil e 793. Pelo seu lado, as autoridades canadianas indicaram que cerca de 19 mil e 800 jovens americanos, de 18 a 29 anos, receberam o estatuto de emigrante entre 1967 e 1970. As organizações de desertores consideram que, neste momento, o número total ultrapassa os 50 mil. Segundo a lei imperialista dominante nos Estados Unidos, um desertor ou refractário incorre na pena máxima de 5 anos de prisão. Cerca de 550 mil jovens correm actualmente o risco de ter uma desmobilização «desonrosa», o que lhes criará dificuldades de encontrar trabalho na vida civil. Os refractários podem ser condenados a uma multa que vai até 10 mil dólares.

As organizações de desertores e refractários norte-americanos exigem da administração de Nixon uma amnistia geral para todos aqueles que participaram, duma ou doutra forma, na oposição à guerra do Vietnam. Entretanto, o governo imperialista de Nixon, opõe-se firmemente a uma tal concessão. No decurso da conferência de imprensa concedida a 13 de Janeiro, o criminoso de guerra Nixon disse: «A amnistia significa o perdão. Nós não lhes podemos perdoar... Aqueles que desertaram devem pagar.» E o chefe imperialista foi mesmo mais longe, ao pedir a pena de morte para, entre outros, os crimes de... «traição», no seu discurso radiodifundido de 10 de Março.

Como se pode ver, Nixon, apesar das suas manobras «pacificadoras» e «reconciliadoras», não está disposto a amnistiar todos os jovens que se recusaram a participar na criminosa guerra do Vietnam. No entanto, são dezenas de milhares os jovens americanos que fazem uma tal exigência. Quanto mais tempo ele se recusar a fazê-lo maior será a carga explosiva que fará saltar o seu governo reaccionário.